



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
4ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1002366-53.2017.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Indenização por Dano Moral**
 Requerente: **Robson Sebastião da Silva Me**
 Requerido: **Refrigás Comércio de Peças Ltda e outro**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Daniel Felipe Scherer Borborema**

Robson Sebastião da Silva ME move ação ação declaratória de inexistência de débito c/c tutela de urgência c/c indenização por danos morais contra Refrigas Comércio de Peças Ltda e Banco Itaú Unibanco S/A.

Sustenta que em 26.10.2016 adquiriu do primeiro réu dois produtos, para pagamento em quatro prestações e, embora tenha efetuado os pagamentos, foi indevidamente protestado pelo segundo réu, na qualidade de endossatário-mandatário, protestos que se mantiveram mesmo após o autor comprovar a quitação.

Sob tais fundamentos, pede (a) tutela de urgência para a sustação dos protestos (b) declaração de inexistência dos débitos (c) condenação dos réus ao pagamento de indenização por danos morais.

Liminar concedida, pág. 42.

Contestação do Itaú Unibanco S/A pedindo a improcedência sob o fundamento de que agiu na qualidade de simples endossatário-mandatário e o autor nunca o procurou para comprovar a quitação dos débitos indicados a protesto.

Contestação de Refrigas Comércio de Peças Ltda aduzindo que houve equívoco por ocasião do cadastro da operação quanto ao real consumidor, e consequente duplicação de



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

4ª VARA CÍVEL

RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

boletos, e que o autor, maliciosamente, furtou-se a responder diversos e-mails de cobrança desses títulos, tendo, portanto, violado o princípio da boa-fé.

O autor ofereceu réplica.

É o relatório. Decido.

Julgo o pedido na forma do art. 355, I do CPC, uma vez que não há necessidade de produção de outras provas.

As notificações dos cartórios extrajudiciais indicam que de fato a instituição financeira ré agiu como endossatária mandatária, vejam-se fls. 16/17, de modo que deve ser reputada parte ilegítima para figurar no pólo passivo da relação processual, em conformidade com a Súm. 476 do STJ: "O endossatário de título de crédito por endosso-mandato só responde por danos decorrentes de protesto indevido se extrapolar os poderes de mandatário."

Note-se que o autor não trouxe qualquer prova de que comprovou formalmente o banco endossatário o pagamento dos débitos.

No que toca à ré Refrigas Comércio de Peças Ltda, a ação procede em parte.

A inexistência do débito, ante o seu pagamento, é incontroversa e está comprovada nos documentos que instruem a inicial, de modo que esse pedido será acolhido.

Quanto ao pedido de indenização por danos morais, verificamos às fls. 16/17 que o primeiro título foi protestado em 12.2016, e o segundo em 02.2017.

Ora, houve dois e-mails encaminhados ao autor: o de fls. 142, encaminhado em 31.01.2017, mencionando como destinatário 'FILIPE DE CASTRO SOUZA', e o de fls. 144, encaminhado em 05.04.2017, mencionando como destinatário, aí sim corretamente, o autor 'ROBSON SEBASTIAO DA SILVA'.

O primeiro e-mail não pode ser considerado porque indicava como destinatário pessoa distinta do autor.

O segundo e-mail, por seu turno, também não pode ser considerado porque foi



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
4ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

encaminhado após os dois protestos e, em realidade, após a propositura desta ação.

Não se pode alegar, portanto, que a conduta do autor – de não responder o segundo e-mail de cobrança, porque o primeiro não precisava responder em razão do destinatário lá indicado - tenha sido determinante para o abalo moral sofrido em razão do protesto indevido.

Por fim, a menção feita a uma conversa entre "Mariana", funcionária da ré, e a esposa do autor, em um e-mail interno trocado no âmbito da ré, não tem valor probatório, pois é uma troca de mensagens entre terceiros que comprova apenas a troca de mensagens mas não que efetivamente 'Mariana' conversou com a ré por telefone.

Lembre-se que na hipótese específica de protesto indevido de título ou inscrição irregular em cadastros de inadimplentes, firmou-se jurisprudência no sentido de que o dano moral se configura in re ipsa, prescindindo de prova (STJ: AgRg no AREsp 628.620/SP, Rel. Min. MARCO AURÉLIO BELLIZZE, 3ªT, j. 16/04/2015; AgRg no AREsp 501.533/DF, Rel. Min. SIDNEI BENETI, 3ªT, j. 27/05/2014; REsp 1059663/MS, Rel. Min. NANCY ANDRIGHI, 3ªT, j. 02/12/2008).

Quanto ao valor indenizatório, no presente caso deve haver o arbitramento em conformidade com os parâmetros jurisprudenciais, mas não pode ser olvidado que o presente caso é de equívoco operacional e tudo indica que, se o autor tivesse provocado administrativamente a ré, comprovando o pagamento, não teria havido a necessidade da ação judicial e, ademais, poderia ter sido evitado o prolongamento dos protestos indevidos. Ou seja, de um lado a culpabilidade da ré Refrigas Comércio de Peças Ltda não é significativa, não se tratando de conduta dolosa, e, de outro, houve a majoração do dano pela inércia do próprio autor, que possui o dever de mitigar o próprio prejuízo (duty to mitigate the loss), razões pelas quais a indenização será reduzida dos habituais R\$ 10.000,00 para R\$ 7.000,00.

Ante o exposto, julgo parcialmente procedente a ação para:

(a) declarar que o réu Itaú Unibanco S/A é parte ilegítima, extinguindo, em relação



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
4ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

a ele, o processo, sem resolução do mérito, condenando o autor em custas e despesas de reembolso e honorários advocatícios, arbitrados estes em R\$ 937,00;

(b) confirmada a liminar, declarar a inexigibilidade dos títulos levados a protesto, declarando ainda que o autor nada deve a Refrigas Comércio de Peças Ltda;

(c) condenar Refrigas Comércio de Peças Ltda a pagar ao autor R\$ 7.000,00, com atualização monetária pela Tabela do TJSP a partir da presente data e juros moratórios de 1% ao mês desde a citação.

(d) no que toca à lide entre a autora e Refrigas, arcará a autora com 30%, e a Refrigas com 70% das custas e despesas processuais, sendo que a Refrigas pagará à advogada do autor honorários de 15% sobre a condenação, e o autor ao advogado da Refrigas honorários de R\$ 937,00.

P.I.

São Carlos, 14 de julho de 2017.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**